

500 ANOS: O QUE RESTA DA AMÉRICA LATINA?

João Sette Whitaker Ferreira

O que há em comum entre as greves de caminhoneiros no Brasil, na Argentina e na Venezuela, entre as revoltas populares de Santiago del Estero na Argentina e as invasões de terras improdutivas pelo MST, ou entre a miséria das favelas do Rio e a das de Santiago, ou ainda entre os migrantes nordestinos em busca de uma vida um pouco melhor na cidade e a dramática situação de milhares de refugiados colombianos, expulsos de seus vilarejos por grupos paramilitares? Tudo mera coincidência? Provavelmente não. Na verdade, estamos assistindo a implosão de um continente, maltratado há 500 anos pelos colonizadores, que hoje se travestiram em potências financeiras e continuam, com a ajuda dos governantes locais, a impor um modelo de dominação que perpetua a injustiça e a miséria. Nas “comemorações” dos 500 anos do descobrimento da América, talvez seja a hora de olharmos o nosso triste continente pela ótica dos oprimidos. Antes que seja tarde demais.

A explosão da desigualdade e dos movimentos de revolta e protestos que presenciamos hoje em todo o continente tem uma razão comum: a adoção nos anos 90 de uma política econômica moldada aos interesses dos poderosos, que pouco varia de um país para outro, e que perpetua a dominação do Norte sobre o Sul e exacerba a exclusão social e a miséria. A cada novo momento da história do capitalismo, aparecem novos modelos econômicos que parecem ter todos o mesmo objetivo: permitir a continuidade da exploração do homem pelo homem, em busca do acúmulo de capital.

Após a era do imperialismo, quando as multinacionais do Norte partiram rumo ao Terceiro Mundo em busca de mão-de-obra abundante e barata, e por aqui se instalaram para exportar seus lucros e gerar toda a situação de crise e endividamento que os países do Sul presenciaram na década de 80, vivemos agora sob um novo paradigma, que chamaram de globalização, e que acima de tudo prega a religião do consumo. Nesse novo contexto, os tecnocratas do poder internacional inventaram uma nova cartilha de dominação, a ser seguida pelo Sul. Reza essa cartilha que os países do Terceiro Mundo devem abrir seus mercados para as empresas e os produtos do Norte. A recompensa seria a possibilidade de ver a chegada de modernos produtos desenvolvidos, de tecnologia nunca antes vista.

Ninguém avisou, é claro, que essas maravilhas só dariam para poucos. Pois o sistema capitalista precisa e sempre precisará de mão-de-obra barata e pobre do Terceiro Mundo. Celulares, BMWs. Celulares, BMWs, produtos importados em geral se tornaram comuns para uns poucos privilegiados, enquanto o sistema continua a excluir de suas benesses a maioria da população. Iludidos pelo sonho primeiro-mundista, ou interessados em privilegiar a elite à qual sempre pertenceram, a maioria dos governantes do Sul, como por exemplo FHC, adotou a cartilha cegamente. No Brasil, sua aplicação se deu através de um plano que se chamou de Real. Mesmo que os economistas nos acusem de reducionistas, esse modelo pode ser simplificarmente explicado.

O milagroso fim da inflação

No final dos anos 80, os países latino-americanos estavam invariavelmente mergulhados em profunda crise econômica, vivendo patamares inflacionários insustentáveis. As causas dessa crise eram infundáveis, mas todas elas originárias de uma estrutura social, política e econômica voltada desde o descobrimento (lembrem-se, no Brasil, das capitâneas hereditárias) para o benefício das elites dominantes, em detrimento do povo: ditaduras militares que minaram as estruturas dos Estados tornando a corrupção um mal endêmico; políticas agrárias que favoreciam a concentração das terras nas mãos de poucos “coronéis”, em detrimento da reforma agrária; políticas industriais que favoreciam as multinacionais (que aqui se instalavam para explorar a mão-de-obra barata e exportar seus lucros para os países-sede); a falta de políticas sociais de longo prazo que impedia a construção de uma sociedade mais humana e homogênea, e assim por diante.

No plano econômico, o endividamento externo se acentuou ainda mais a partir da década de 60, quando os países do Norte, com dinheiro de sobra graças ao sucesso de seu desenvolvimento industrial (em muito baseado na exploração imperialista dos países do Sul) passaram a oferecer empréstimos a juros baixos, que as diversas ditaduras do continente se apressaram em aceitar. Assim, puderam financiar, como no Brasil, o “milagre econômico” e seus projetos megalomânicos, como a Transamazônica. Com a crise do petróleo de 1973, entretanto, os juros praticados pelos países do Norte subiram abruptamente. As dívidas contraídas inflaram de uma hora para outra, tornando-se impagáveis, gerando um aumento da dívida pública interna e a desvalorização da moeda. A partir dos anos 80, o sistema capitalista do Norte também passou a enfrentar uma séria crise. Na verdade, o aumento da produtividade, associado à substituição paulatina da mão-de-obra por robôs informatizados gerou uma dupla crise no sistema capitalista que combinava o aumento do desemprego com a super-oferta de produtos, que cada vez menos gente podia comprar. Os Estados industrializados tinham

cada vez mais dificuldade em arcar com a pesada estrutura de assistência social que haviam criado, ainda mais face à legiões cada vez mais numerosas de desempregados. Com o Norte implicado em solucionar sua própria crise, as fontes de financiamento habituais se tornaram escassas. Sem mais poder contrair empréstimos com facilidade para financiar sua própria dívida e seu próprio funcionamento, os países latino-americanos, forçados a endividar-se cada vez mais, internamente e externamente, gerando títulos da dívida e emitindo moeda, pareciam não ter como sair de um processo inflacionário que os levava à beira do colapso social (no governo Sarney, chegamos a ter 80% de inflação ao mês).

Uma das formas encontradas pelos países industrializados para sair de sua crise foi a exacerbação do consumo, cuja importância se tornara vital para a sobrevivência do sistema, mais até do que a própria capacidade de produção. Blocos econômicos se formaram, com o intuito de dar um novo fôlego às economias do Norte, que passavam a conquistar os mercados umas das outras. Mesmo assim, a conquista de outros novos mercados de consumo ainda era necessária, e logo percebeu-se que os países do Sul, apesar (ou por causa?) da sua extrema concentração da renda, ofereciam um enorme mercado em potencial, onde os poucos ricos eram muito ricos, e poderiam certamente dar um novo impulso à constante necessidade do sistema capitalista de encontrar mais e mais consumidores. A questão era então encontrar meios de fazer com que os mercados do Sul se abrissem para os produtos do Norte, ao mesmo tempo em que se solucionasse pelo menos parcialmente a crise inflacionária para dar-lhes a possibilidade de consumir. Em outras palavras, seria necessário encontrar um meio de dar mais empréstimos aos países do Sul. Empréstimos que serviriam literalmente para que esses mesmos países pudessem comprar os produtos do Norte, que necessitavam de novos mercados de escoamento.

A estas alturas, já no início da década de 90, e por razões diversas (entre outras a política de juros altos norte-americanos dos anos 70, que havia provocado um deslocamento de investimentos industriais para a área financeira), um grande volume de dinheiro, oriundo das operações financeiras (em bolsas de valores), começava a ficar disponível pelo mundo, errando de bolsa em bolsa, de país em país, em função das melhores oportunidades de lucro (hoje cerca de 21 trilhões de dólares são movimentados por ano na área financeira). Um dinheiro cujo empréstimo era fácil, desde que se dispusesse a pagar altos juros por ele (o “aluguel” cobrado quando se empresta dinheiro).

Foi assim que os tecnocratas do Norte, associados a alguns governantes latino-americanos, tiveram a idéia de adotar um plano aparentemente milagroso para acabar com a inflação, e poder dar a seus países condições

de voltar a consumir. A idéia era simples, e seu entendimento passa antes por uma pequena explicação monetária.

Tomemos o exemplo do Real: se a moeda se desvaloriza, é porque ela vale cada vez menos em relação à uma referência comum, no caso o dólar. Assim, em tese, se o Banco Central garantir que quando solicitado é capaz de trocar cada Real por um dólar, podemos dizer que um Real estará valendo um dólar. Se o Banco Central só for capaz de dar 0,5 dólares para cada real, podemos dizer que um dólar valerá dois Reais, e que houve uma desvalorização de 100% do Real. Pois bem, para que se possa dizer que o Real é uma moeda forte, e que vale o equivalente ao dólar, só há uma possibilidade: o governo ter em caixa o mesmo volume de dólares que há de Reais em circulação. Como os países do continente viviam no início desta década uma situação de muita inflação, e portanto de muita desvalorização da moeda (muita moeda local para poucos dólares de reserva – os dólares obtidos nas exportações eram utilizados diretamente para pagar a dívida externa), eles teriam, para fazer a equiparação, duas possibilidades: ou reduzir o volume de dinheiro local, ou aumentar as reservas em dólares ao mesmo tempo que se evitava emitir dinheiro (ou seja, “imprimir” mais reais). A primeira solução, de reduzir o volume de dinheiro local em circulação, foi pifamente tentada por Collor, que simplesmente confiscou parte do dinheiro dos brasileiros. O preço político e social dessa solução, entretanto, foi caro demais. A segunda alternativa foi a solução milagrosa: aumentar significativamente as reservas em dólares do país, para poder equipará-las ao volume de dinheiro local em circulação, criando em tese uma moeda tão forte quanto o dólar.

Apesar de termos constatado que na virada da década de 90 o dinheiro disponível para empréstimos visando alavancar políticas de desenvolvimento a longo prazo era escasso, vimos logo acima que por outro lado que por outro lado o capital financeiro especulativo que circulava pelas bolsas de valores, disponível para empréstimos em troca de juros altos era muito grande. Assim, casava-se a vontade de emprestar dos donos do capital financeiro, com a necessidade dos governantes do Sul de obter dinheiro para equilibrar suas moedas e “acabar” com o processo inflacionário.

A idéia dos nossos governantes foi portanto a seguinte: se aumentassem as taxas de juros oferecidas a patamares nunca vistos, iriam inevitavelmente atrair um enorme volume de dinheiro oriundo do capital financeiro especulativo. Pois bem, foi o que se fez. Enquanto as taxas de juros praticadas pelo mundo giravam em torno de 6% ao ano, os países latino-americanos, entre outros, passaram a oferecer 30% ao mês! Rapidamente as reservas de dólares cresceram, equiparando-se ao volume de dinheiro em circulação. No Brasil, vivia-se a maravilhosa sensação de ter uma

moeda, o Real, tão forte quanto o dólar. De uma hora para outra, não havia mais inflação. E o povo maravilhado votava em massa nos “criadores” de tal façanha. Na Argentina, o Menem, no Brasil, o FHC.

A solução encontrada permitiu que se brecasse o processo inflacionário. Por outro lado, a contração desses empréstimos se deu em conjunto com políticas de abertura dos nossos mercados para os produtos internacionais. Rezando uma cartilha muito clara, promovida pelos países industrializados, os governos do Sul, e em especial da América Latina, passaram a importar mais do que exportavam (ou seja, gastar mais do que ganhavam!). E assim, tornaram-se mais uma vez reféns de seus empréstimos. Somavam-se agora o pagamento dos juros da antiga dívida externa (que continua a ser paga religiosamente por FHC, apesar do país já ter pago, só em juros, muitas vezes mais do que o valor da própria dívida) com o déficit causado pela diferença entre as importações e as exportações, e a obrigação de pagamento dos juros prometidos para conseguir os empréstimos que permitiram a estabilização da moeda. Mais uma vez, um efeito bola-de-neve do qual não se conseguirá mais sair.

O problema dessa solução “milagrosa” estava, e está, no fato de que esse grande volume de dólares presente no país não é oriundo de empréstimos institucionais com garantias a longo prazo, destinados a alavancar políticas de crescimento lentas e delicadas. É dinheiro oriundo de verdadeiros agiotas internacionais, raposas do mercado financeiro muito pouco interessados no futuro do país a quem estão emprestando, mas sim muito preocupados com seus lucros imediatos. Os donos do dinheiro buscavam altas taxas de juros, e só. Se não têm os lucros desejados, simplesmente saem do país. E quando um governo promete pagar 30% ou mais de juros ao mês, ele cria para si um problema complicado: ao final do mês, tem de pagar. Como fazer? Atraindo cada vez mais dinheiro, com taxas sempre mais altas, para pagar os juros do que entrou antes, e assim por diante. Resta, entretanto, uma pergunta: o que garante que os investidores que colocaram seus dólares no país não poderão retirá-los de uma hora para outra? Absolutamente nada. Ou seja, se por qualquer razão, um número muito grande dessas pessoas resolver retirar seus investimentos do país, o governo estará em maus lençóis. Não poderá garantir o pagamento dos juros prometidos, nem manter o equilíbrio de câmbio que lhe garantia uma moeda forte.

Pois bem, há alguns anos, os investidores internacionais perderam a confiança no governo mexicano. A revolta Zapatista, o assassinato de importantes líderes políticos, a miséria insustentável que parecia poder gerar mais levantes sociais foram suficientes para que os investidores duvidassem da real capacidade do governo daquele país de pagar os juros que prometeram. E antes que entrassem em uma fria, resolveram retirar

seu dinheiro de lá. Como no mercado da especulação financeira tudo funciona na base de rumores, quando um investidor importante resolve agir, normalmente todos os outros o seguem, como carneirinhos. E assim todas reservas em dólar do governo mexicano se evaporaram de um dia para o outro, literalmente quebrando o país. A partir de então, o medo de grandes retiradas de dólares passou a rondar todos os países que haviam adotado políticas de juros altos. O Brasil era um deles. E de fato, com a crise asiática de 1998, que quebrou vários investidores, e a da Rússia (que sofreu uma retirada de dinheiro parecida com a do México), os especuladores tiveram de retirar parte do dinheiro aqui investido para cobrir rombos em outros países. Desde então, o país joga um permanente jogo de sedução para tentar evitar a brusca saída de dólares, que reduziria suas reservas, provocando desvalorização do Real e inflação. Todos os dias, assistimos a luta dos nossos dirigentes: aumenta-se a taxa de juros (chegou-se a 50% ao mês!), intervêm-se no mercado para evitar a explosão do dólar (o governo “queima” suas reservas para impedir que o Real desvalorize), etc. É uma camisa-de-força, da qual não se consegue mais sair. Em um círculo vicioso, os governantes tentam atrair mais e mais dinheiro, conseguir mais dólares, mesmo que para isso precisem vender o país. Mesmo assim, parecem nunca conseguir. E o milagre do fim da inflação foi substituído pela permanente incerteza econômica, que reprime qualquer intenção de investimento a longo prazo. E, o que é pior, a adoção de tais medidas em toda a América Latina teve gravíssimas consequências sociais. No fim do milênio, 500 anos após seu “descobrimento”, o continente sofre um verdadeiro desmonte, que parece ser o último capítulo da nossa rendição total aos colonizadores.

Um modelo que agrava a miséria e a desigualdade

Ao ficarem presos pela necessidade de sempre obter mais dinheiro, seja para manter suas reservas, seja para pagar os juros prometidos, os países que adotaram políticas econômicas semelhantes à do Real tiveram que, pouco a pouco, pagar um altíssimo preço social.

Primeiramente, porque ao equiparar a moeda local ao dólar, as exportações caem drasticamente, reduzindo a entrada de dólares via exportação. Isso porque torna-se extremamente difícil para o produtor brasileiro vender seus produtos no mercado internacional a um preço que se equipara ao dólar. Os compradores obviamente preferirão comprar seus produtos de países com moedas desvalorizadas, e portanto com preços mais baratos em relação ao dólar. Caindo as exportações, a atividade industrial interna tende a estagnar. As indústrias exportadoras vêm-se obrigadas a demitir, aumentando a crise social. Por outro lado, os empresários nacionais devem arcar com as altíssimas taxas de juros praticadas pelo governo, que também valem para eles. Assim, diminuem seus planos de investimentos, já

que temem pedir empréstimos e não conseguem pagar. Os recentes protestos dos ruralistas mostram que muitos empresários encontram-se seriamente endividados, sem conseguir arcar com a política de juros do governo. Essa retração dos investimentos na produção interna contribuiu para estagnar a economia e aumentar o desemprego. Como o governo busca multiplicar as possibilidades de ingresso no país de capital externo, e ao mesmo tempo busca combater a inflação também pelo viés da competitividade, impondo às empresas nacionais a concorrência de empresas estrangeiras muito mais poderosas, ele abre inconseqüentemente o mercado interno às empresas transnacionais. Nunca no Brasil tantas empresas foram vendidas à tantos grupos estrangeiros. A Metal Leve, uma das maiores empresas de autopeças do mundo, foi um dos melhores exemplos de empresas brasileiras fortíssimas que não aguentaram a concorrência do mercado aberto. Foi vendida a um grupo alemão, assim como foram vendidas outras indústrias do porte da Freios Vargas, Kibon, etc. Enquanto a Europa e os EUA multiplicam as medidas protecionistas para impedir a entrada de produtos estrangeiros (inclusive os brasileiros) em seus países e assim proteger suas indústrias e o emprego, o Brasil abre seu mercado sem restrições, sem o menor cuidado com as possíveis conseqüências no emprego, no meio-ambiente, etc.

Mesmo se esforçando para conseguir dinheiro para financiar sua política monetária, os governos latino-americanos continuam extremamente frágeis face à ameaça da saída repentina dos dólares investidos nos seus países. Sem mais ter onde conseguir dinheiro, e aproveitando a política de abertura de seus mercados (que os países industrializados apoiam com entusiasmo), eles resolvem então conseguir dinheiro de forma ainda mais radical: vendendo seu patrimônio. São as chamadas privatizações. Nos últimos anos, as empresas estatais de toda a América Latina estão sendo vendidas incessantemente a potências estrangeiras. Os exemplos sobram: a Telefônica espanhola comprou a Telesp, os portugueses a Telesp-Celular, a France-Telecom (por sinal uma empresa francesa ainda sob controle parcial do Estado!) arrematou a telefonia de Buenos Aires, a Ibéria comprou a estatal de aviação Lan-Chile, e assim por diante. No Brasil, o governo chegou ao cúmulo de vender uma das empresas mais lucrativas do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce. Entregou ao setor privado o domínio da exploração de nossas riquezas naturais. As privatizações são ainda mais escandalosas quando se sabe que muitas vezes são alavancadas com dinheiro do próprio estado, através de bancos estatais como o BNDES ou fundos de pensão como a PREVI, do Banco do Brasil. O que choca sobremaneira a desinformada população, é ver que o dinheiro arrecadado nessas vendas é absolutamente insignificante perto da ameaça de fuga de capitais. Ao vender suas empresas em dólares, os governos repõem as perdas causadas em suas reservas por eventuais

saídas maciças de capital. Mesmo assim, o dinheiro não é suficiente. O Brasil, por exemplo, viu evaporar o dinheiro conseguido na venda da Telebrás em apenas uma semana de fuga intensa de capital! Junta-se a isso a escandalosa promiscuidade entre Estado e setor privado. Em um país em que a corrupção tornou-se endêmica, casos de vazamento de informações ou de favorecimento (lembrem-se da CPI dos Bancos e do caso Makra) tornaram-se rotineiros. E em todos eles se vê o governo repassando sem pruridos ao setor privado quantias milionárias de propriedade do povo. Em outras palavras, os governos latino-americanos não hesitaram, em sua maioria, em vender seu patrimônio e sua riqueza em nome de um sistema econômico que reduziu tudo o que eles ganharam à pó.

Na busca incessante de mais e mais dinheiro, os governos da região entram na lógica do cheque especial. Endividam-se para conseguir pagar os juros que prometeram e a dívida externa que sempre tiveram que pagar. Endividam-se cada vez mais para evitar a saída dos investidores que não confiam na sua capacidade de cumprimento da política de juros. Endividam-se para conseguir dinheiro que lhes permita manter os juros altos e pagar os juros de suas próprias dívidas, e assim por diante. Entram em um círculo vicioso que aumenta o endividamento de forma exponencial. Como última instância, desesperado para manter suas reservas e não deixar o Real degrading, o governo FHC apelou para o mais cruel dos credores: o FMI. Conseguiu mais empréstimos que terá que pagar. E para garantir que receberá, o FMI passou a ditar o arrocho e a recessão que o Brasil deveria aplicar em sua já maltratada população. Todos lembram quando no ano passado, na sala de imprensa do ministério da Fazenda, o diretor do FMI Stanley Fisher, no lugar do ministro Malan, explicou ao país oficialmente em inglês (!) as duras medidas exigidas pelo FMI, que incluíram os seguidos aumentos tarifários que presenciamos, a elevação do preço da gasolina, dos transportes, dos pedágios, dos impostos (a volta da CPMF), etc. Tudo para fazer com que aumente a arrecadação do governo, para pagar seus compromissos de dívida, em detrimento da população.

O mais grave do modelo acima descrito é que, engessados pela necessidade de conseguir empréstimos e pagar o que devem, os governos abandonam de vez as áreas estratégicas para garantir o desenvolvimento do país: faltam políticas educacionais, habitacionais, de combate à pobreza, etc. O modelo econômico da moeda forte, se por um lado permitiu, de início que se acabasse com a inflação, a médio prazo promoveu o desmonte do país. Nessa política, uma pequena parcela privilegiada da população é beneficiada pelos aparentes avanços modernizadores da globalização. Enquanto uns poucos andam de carro importado, compram comida estrangeira e constroem prédios infinitamente altos, a maioria avassaladora da população brasileira vai sendo posta à margem da economia e da

produção. Os índices sociais de toda a América Latina nunca foram tão avassaladoramente baixos. Parcelas cada vez maiores da população vivem sem condições mínimas de subsistência. No Brasil, a ONU estima que 27,8% da população, ou cerca de 45 milhões de pessoas, vivam abaixo da linha de pobreza, ou seja com menos de 400 dólares por ano (ou cerca de um dólar por dia). Enquanto as empresas internacionais multiplicam por aqui suas perspectivas de lucro, parcelas cada vez mais amplas da população são postas em escanteio. Quando a situação começa a tornar-se insustentável, segmentos de classe média, pouco habituados a freqüentar o noticiário das reivindicações populares, começam a mobilizar-se. Surgem preocupantes greves de caminhoneiros, capazes de imobilizar países inteiros. Agora, ruralistas endinheirados se associam à oposição para protestar em Brasília. O Brasil parece viver um caos, e as notícias do resto do continente não são mais animadoras. Na Colômbia, a sociedade se desmantela por força de guerrilhas financiadas pelo narcotráfico e pela elite dominante. Milhões de pessoas desabrigadas pela violência dos paramilitares não tem nem como receber qualquer ajuda de um governo, como o nosso, falido no que tange à suas obrigações sociais. Na Argentina, no Chile, no Peru, a situação social é ainda pior do que a nossa, e os governos mantêm sua hegemonia política muitas vezes somente com o recurso disfarçado do autoritarismo (como no caso de Fujimori, no Peru).

Infelizmente, 500 anos após nosso descobrimento, a dominação dos colonizadores parece ter atingido seu ápice. A América Latina se desmantela, sem qualquer reação das populações mais endinheiradas que ingenuamente acreditam, com o apoio da mídia, estar “entrando” no primeiro mundo. Enquanto isso, a desemprego, a violência, o caos social aumentam de forma insustentável. Em cada país com suas características. Guerrilha no campo na Colômbia e no Peru, guerra urbana em São Paulo ou no Rio. E os que antes eram da classe média vêm-se agora em marchas de protestos. Deveriam abrir os olhos os governantes e poderosos, pois a continuar nesse ritmo, só sobrarão eles para perpetuar o desmonte do país. A tarefa feita, poderão ir para Paris ou Nova York. Resta saber o que farão os outros, os excluídos. Milhões de pessoas que, em última instância, representam a alma da América Latina. E que não podem, nos 500 anos de seu “descobrimento” pelos cobiçosos colonizadores, deixar que essa alma, bem mais antiga, seja extinta.